



SBRYER/SOARES

CIDADES

Em entrevista, Romildo defende novo teatro para Mogi PÁG. 5

ENTREVISTA DE DOMINGO Romildo de Pinho Campello

Meta: um novo teatro para Mogi

CARLA OLIVO

Mogi das Cruzes poderá contar com um novo teatro para receber grandes espetáculos teatrais, de dança e música. A ideia de instalar um equipamento de Cultura por parte do Governo do Estado de São Paulo na Cidade foi anunciada pelo responsável pela Pasta estadual, Romildo de Pinho Campello. Pernambucano, ele mora em Mogi desde os 2 anos, quando o pai, Romildo de Oliveira Campello, foi aprovado em concurso para advogado na Câmara Municipal e trouxe a família para cá. Filho da professora aposentada Maria Angela de Pinho, Romildo passou a infância e juventude na

Ponte Grande, onde iniciou os estudos na Escola Municipal Monteiro Lobato. De lá, fez o primário no Instituto Dona Placidina e o ginásio na então Escola Estadual Coronel Almeida - hoje municipalizada. Já no Liceu Braz Cubas, se formou no curso técnico de informática. Aos 15 anos, começou como estagiário não remunerado da área de computação na fábrica de máquinas de costura Elgin, no São João. Três anos depois foi morar em Minas Gerais para cursar a Faculdade de Agronomia na Universidade Federal de Lavras, mas convidado para trabalhar em uma empresa especializada em consultoria a prefeituras, em São Paulo, não concluiu o curso.

Filiado ao PV, ele iniciou carreira na administração pública em 2001, no primeiro ano do governo do ex-prefeito Junji Abe, na Secretaria de Comunicação. Já em 2009, Marco Bertaiolli o nomeou secretário municipal de Meio Ambiente e, em 2012, Campello assumiu a Ouvidoria Municipal. Em seguida, alternou passagens pelo Turismo e Meio Ambiente na Prefeitura de São Paulo e no Governo do Estado, até a nomeação como adjunto do então secretário José Luiz Penna, da Cultura, pasta que assumiu no mês passado. Na entrevista a **O Diário**, Campello fala de seus planos, meio ambiente, cultura e política.

Por que a vinda da família de Pernambuco para Mogi das Cruzes?

Meu tio Gilberto Pinho se formou médico, veio fazer residência em São Paulo e, nos anos 60, atuou como anestesista no Hospital Ipiranga, em Mogi. Na década de 70, meu pai foi aprovado no concurso para advogado da Câmara de Mogi e viemos para cá. Eu tinha 2 anos e meu irmão, Sílvio, estava com seis meses. Primeiramente, moramos em César de Souza, mas depois nos mudamos para a Ponte Grande, onde passei a infância e juventude. Foi uma época muito tranquila, jogando bola nas ruas de terra. Fiz o pré-primário na Escola Municipal Monteiro Lobato, depois estudei no Instituto Dona Placidina, onde havia o rigor das freiras como a Irmã Clara. Lembro delas sempre muito respeitadas, andando de hábito pela escola. O ginásio foi na escola Coronel Almeida e, em seguida, fiz o curso técnico de Informática no Liceu Braz Cubas.

Onde foi o primeiro emprego?

Aos 15 anos, meu pai conseguiu com o Ângelo Albiero uma vaga para mim na Elgin. Comecei como estagiário não remunerado da área de computação na fábrica do São João e meu chefe era o José Luiz Tonello de Almeida. Eu abastecia as impressoras com aqueles papéis perfurados nas laterais. Quando estava com 18 anos, fui fazer a Faculdade de Agronomia na Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais. Estudei três anos, mas parei o curso quando fui convidado para trabalhar em uma empresa especializada em consultoria a prefeituras, em São Paulo, que fazia revisão de IPTU (Imposto de Predial e Territorial Urbano) por meio de fotografias aéreas com avião monomotor para medir a área de projeção da casa.

Como foi o ingresso na administração pública?

Em 2001, no primeiro mandato do Junji (Abe), comecei na área de comunicação e fiquei quatro anos cuidando do site da Prefeitura. No segundo mandato, fui convidado por lideranças do PV para ficar na Assembleia no planejamento, e na organização para as eleições de 2006, onde elegemos cinco deputados federais e oito estaduais. Imaginava ficar nos bastidores partidários e havia convidado uma pessoa para sair como deputado estadual e outra para federal, mas uma desistiu e ambas saíram para estadual. Por causa da cláusula de barreira recebi ultimato do partido para arrumar alguém ou sair para deputado federal. Fui candidato por falta de candidato, mas recebi 6 mil votos na primeira e única candidatura. Mas desde os 7 anos já tinha envolvimento com campanhas, porque meu pai saiu candidato a vereador em 1976, não foi eleito, mas se elegeu vereador em 1982, com o Machado (Antônio Carlos Machado Teixeira, ex-prefeito).

E depois desta campanha?

O Bertaiolli (Marco) me chamou para o projeto dele como candidato a prefeito de Mogi e ajudei nas articulações, montagem das alianças e engenharia da campanha. Quando ele se elegeu, fui um dos primeiros secretários anunciados e assumi a Secretaria do Meio Ambiente, que até então era diretoria. Começamos o projeto para criação de uma APA (Área de Proteção Ambiental) na Serra do Itapeti. Em 1985, o então deputado estadual Maurício Najar criou a Lei Estadual de proteção à Serra, que era moderna para a época, mas ficou defasada a partir de 2000.

De fato a Serra é uma área de proteção ambiental, mas não de direito. No início deste ano, com o prefeito Marcus Melo, o secretário municipal do Meio Ambiente, Daniel Lima, e a diretora de unidades de conservação, Lucila Manzatti, que foi minha secretária-adjunta na Prefeitura de Mogi, nós reunimos com o secretário de Estado do Meio Ambiente, Maurício Brusadin, que recentemente publicou uma resolução no Diário Oficial do Estado propondo a criação da APA da Serra do Itapeti, um importante passo para que o projeto seja viabilizado, ampliando a proteção e fiscalização e aumentando o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Município.

Como foi o trabalho na Ouvidoria Municipal?

Foi uma experiência difícil, mas enriquecedora. Pela minha experiência na área de informática, fui convidado para implantação deste serviço em Mogi, que era um clamor da sociedade e serviu como guia do que acontece na Cidade. Com os dados da Ouvidoria, fizemos uma classificação por regiões para começarmos mutirões de zeladoria. Na gestão pública, demora-se mais para saber de um problema do que para resolvê-lo, por isso é importante ouvir a população. Por este trabalho, recebemos o Prêmio Mário Covas.

Quando teve início seu trabalho no Governo do Estado?

No início de 2015, concluí um ciclo em Mogi e o governador Geraldo Alekmin (PSDB) convidou o PV para fazer parte do seu governo. O deputado Roberto de Lucena foi convidado para assumir a Secretaria de Turismo e eu passei a chefe de gabinete. Após seis meses, o Tadeu Candelária, presidente estadual do PR, me convidou para ser secretário-adjunto do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Pedi licença no Estado para compor o governo do Haddad (Fernando, ex-prefeito de São Paulo) com o Tadeu.

“Na gestão pública, demora-se mais para saber de um problema do que para resolvê-lo”

Esta também foi uma experiência enriquecedora porque a Capital tem uma complexidade administrativa e política que nunca vi em lugar algum. É um universo à parte, com problemas do dia a dia, mas com a direção de agenda internacional. Foram 10 meses na Prefeitura e voltei como chefe de gabinete da Secretaria de Estado do Turismo, com o Beto Trípoli no lugar do Lucena. Depois passei a adjunto e secretário. Em abril de 2016, assumi como adjunto do José Luiz Penna, na Cultura.

Como secretário-adjunto, você levou a Orquestra Sinfônica Jovem de Mogi para se apresentar em Campos do Jordão. De que forma o Estado pode ajudar o projeto Pequenos Músicos, responsável por este grupo musical?

A participação no Festival de Inverno de Campos do Jordão, o mais importante de música clássica da América Latina, foi um marco de política pública que começou no governo do Junji, com a Orquestra de Flauta Doce, continuou e foi ampliado na gestão do Bertaiolli. Mostrei o projeto ao diretor da Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), que organiza o festival, e ele reconheceu a qualidade do grupo. A apresentação foi na Praça do Capivari, mas agora, em 2018, a Sinfônica Jovem de Mogi estará no Auditório Claudio Santoro, o mais importante palco de Campos do Jordão.

PERFIL

NOME: ROMILDO DE PINHO CAMPELLO
IDADE: 48 ANOS
NASCIMENTO: RECIFE (PE)
ESTADO CIVIL: CASADO COM A ENGENHEIRA AGRÔNOMA CYNTHIA CARDOSO CAMPELLO
FILHOS: TIAGO, ANDRÉ, RENATO E ANA LUIZA
FORMAÇÃO: ANALISTA DE SISTEMAS
TRABALHO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

O que você pretende trazer para a Cidade como secretário de Cultura?

Estamos conversando para ampliar a participação de Mogi nos festivais e também para trazer uma estrutura maior a Mogi, um equipamento de cultura do Estado, que possivelmente será um teatro para receber grandes espetáculos. O Cemforpe (Centro Municipal de Formação Pedagógica) tem um bom auditório, o Teatro Municipal (Vasques) merece ser cuidado e mantido por sua importância histórica, mas Mogi não tem como receber um grande espetáculo, por isso há a necessidade de um novo teatro ou de uma fábrica de cultura. Estamos estudando estas duas possibilidades com o prefeito Marcus Melo para que a Prefeitura de Mogi ofereça uma área e possamos levar este projeto juntos ao governador.

Como formar público para consumir cultura na Cidade?

Temos que olhar o artista e fortalecer a classe. Agora, por exemplo, estão querendo cassar o registro profissional dos artistas, o que é péssimo. Da mesma forma, estamos preocupados com a população para que a cultura chegue a ela, por isso a importância da criação de políticas públicas e redirecionamento do que existe para a formação e fortalecimento do público. Todos os projetos aprovados pelo ProAC são obrigados a oferecer entradas gratuitas e estou trabalhando em um projeto para fomentar a presença da população usando estes ingressos gratuitos. Existe a gratuidade, mas não há uma política pública de acesso a estes ingressos gratuitos. Também pretendemos criar um aplicativo para divulgar tudo o que acontece de cultura no Estado, como um guia ativo.

A Virada Cultural vem para Mogi este ano?

Sim, mas ainda estamos fechando a programação. Mogi está desde o início na Virada Cultural e vai permanecer. Nos próximos dias vamos anunciar as atrações.

Na proposta de descentralização da cultura, o que é preciso levar aos bairros?

É preciso que

os artistas aprendam como ter acesso aos recursos da Cultura. Temos o ProAC Editais, que é como um concurso público para 47 diferentes modalidades artísticas. O Estado dá o recurso diretamente ao artista ou produtor. Neste ano, são R\$ 24 milhões para este projeto. Há também o ProAC ICMS, no qual o Estado seleciona projetos e autoriza o produtor ou artista a buscar a empresa que vai recolher o seu ICMS para este projeto artístico. Temos R\$ 100 milhões para este ano. E na busca de chegar mais perto do artista do bairro, temos o ProAC Municípios, a terceira modalidade de fomento e apoio. A ideia é que o Município administre este recurso e selecione os artistas locais para recebê-lo. Mas toda a política de fomento precisa estar casada com a política de formação de público. Não há recursos para o Estado financiar sozinho todas as ações culturais, por isso, ao financiar, queremos trazer público para que seja um círculo virtuoso. Você ajuda a produção, traz o público, que se apaixona pelo teatro, dança, música, e começa a ampliar sua frequência aos projetos culturais. Porque caso contrário não se fortalece o mercado da cultura, que é também uma área de trabalho e de desenvolvimento econômico. Quando se trata de investimento em cultura, falamos de entretenimento e de geração de emprego e renda.

O que você gostaria de ver na Cidade ou nos parques? Há necessidade de dança acústica ou palco?

Ter parques urbanos é um grande avanço. Sou do tempo de passar os domingos no Parque Municipal, perto da minha casa, subindo até lá várias vezes a pé, em excursões com grupo da igreja, mas quando ele foi fechado no governo Machado, criou-se um trauma na

Cidade que perdurou por quase 20 anos. Isso só reduziu um pouco com a criação dos parques Centenário e Leon Feffer e, mais recentemente, com o Parque da Cidade. É importante ter espaços de música nestes parques, que são importantes para o dia a dia e qualidade de vida de todos, e isso é possível, com concha acústica ou não, mas passa pela integração entre as secretarias. O Governo do Estado está à disposição para ajudar. Mogi já participa da Virada Cultural, do Circuito Cultural e da Jornada do Patrimônio.

O Estado pode colaborar com espaços alternativos, como o Casarão da Mariquinha e o Galpão Arthur Netto, entre outros?

O Casarão da Mariquinha foi premiado no Prêmio Governador do Estado, no ano passado. Também conseguimos resgatar os pontos de cultura no Ministério da Cultura, uma política pública da gestão do ex-ministro Gilberto Gil. Havia um projeto parado desde 2013 na Secretaria de Estado da Cultura e resgatamos R\$ 15 milhões para os pontos de cultura. Serão 544 prêmios, sendo 144 com R\$ 60 mil e outros 400 com R\$ 12 mil em equipamentos como kits audiovisual ou música. Estes espaços têm todo o perfil para reconhecidos como pontos de cultura. Este é um exemplo do que eles podem acessar a curto prazo, mas há o ProAC Editais e ProAC ICMS. Temos um projeto de circuito teatral para integrar os teatros à rede de cultura do Estado, para possibilidades de divulgação e trazer atrações, por meio do aplicativo e das políticas públicas. Muitas vezes não faltam políticas públicas, mas sim informações sobre como elas funcionam, por isso temos um serviço de esclarecimento de dúvidas. Existem políticas públicas, mas nosso desafio é fazê-las chegar aos artistas e produtores.

TRAJETÓRIA
 Romildo Campello, atual secretário de Estado da Cultura, mora em Mogi das Cruzes desde os 2 anos



SBRYER/SOARES